



SECRETÁRIOS COMEMORAM
FORMAÇÃO DA FRENTE
PARLAMENTAR NA CÂMARA
FEDERAL



**SISTEMA
ÚNICO DE
TRABALHO**

*Nossa bandeira é melhorar
o atendimento ao trabalhador*

DIRETORIA

ELEITA EM
MARÇO DE 2013



Luiz Claudio Romanelli (PR)
PRESIDENTE



Tânia Garib (MS)
PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE



Sivaldo Brito (AP)
SEGUNDO VICE-PRESIDENTE



Carlos Andreu Ortiz (SP)
SECRETÁRIO



Antonio Carlos Maranhão (PE)
TESOUREIRO

Conselho Fiscal



Nilton Vasconcelos (BA)



Alberto Sextaifeira (AL)

SECRETARIAS DO TRABALHO

ACRE

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia – SEDICT
Secretário: **EDVALDO SOARES DE MAGALHÃES**
(68) 3223-6906
Fax (68) 3223-1281

ALAGOAS

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
Secretário: **STELLA LIMA DE ALBUQUERQUE**
(82) 3315-1853/1856
Fax (82) 3315-1856

AMAPÁ

Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo – SETE
Secretário: **SIVALDO DA SILVA BRITO**
(96) 3225-8766 / 3225-8750 / 8763
Fax (96) 3225-8756/8766

AMAZONAS

Secretaria de Estado do Trabalho
Secretária: **MARIA FRANCINETE CORREIA DE LIMA**
(92) 3621-2232/2249
Fax (92) 3621-2255

BAHIA

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE
Secretário: **NILTON VASCONCELOS**
(71) 3115.3396/3398/3140
Fax (71) 3115-3394

CEARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Secretário: **JOSBERTINI VIRGINIO CLEMENTINO**
(85) 3101-4601/4597/ 4572
Fax (85) 3101-2121
(85) 3101-2121

DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – SETRAB
Secretário: **RENATO ANDRADE DOS SANTOS**
(61) 3327-0009
Fax (61) 3326-1176

ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
Secretário: **JADIR JOSÉ PELA**
(27) 3224-6487/6459
Fax (27) 3314-5758

GOIÁS

Secretaria de Estado da Cidadania e Trabalho de Goiás
Secretário: **FRANCISCO DE ASSIS PEIXOTO**
(62) 3201-8566 / 8569/8600
Fax (62) 3201-8563/8561

MARANHÃO

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES
Secretário: **JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY**
(98) 3218-9853 / 9856
Fax (98) 3218-9865

MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social
Secretária: **JEAN ESTEVAN**
(65) 3613-5713/5706/5790/5746
Fax (65) 3613-5708

MATO GROSSO DO SUL

Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social
Secretária: **TÂNIA MARA GARIB**
(67) 3318-4156/4141
Fax (67) 3318-4111/4133

MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego
Secretário: **CÁSSIO ANTÔNIO FERREIRA SOARES**
(31) 3348-4505
Fax (31) 3337-7988

PARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda – SETER
Secretário: **RODYVAN DOS SANTOS NOGUEIRA**
(91) 3194-1725/1724
Fax (91) 3194-1728

PARAÍBA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Secretária: **MARIA APARECIDA RAMOS DE MENEZES**
(83) 3218-6646/6645
Fax (83) 3218-6634

PARANÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP
Secretário: **LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI**
(41) 3883-2505/2506/2643
Fax (41) 3322-2740

PERNAMBUCO

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo
Secretário: **MURILO ROBERTO DE MORAES GUERRA**
(81) 3183-7001/7002/7003
Fax (81) 3183-7008/7016

PIAUI

Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo
Secretária: **LARISSA MENDES MARTINS MAIA**
(86) 3211-0696
Fax (86) 3211-0696

RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado do Trabalho da Habitação e da Assistência Social – SETHAS
Secretário: **Francisca Shirley Ferreira Targino**
(84) 3232.1850/1810
Fax (84) 3232.1830

RIO GRANDE DO SUL

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
Secretário: **LUIS AUGUSTO LARA**
(51) 3288-6415/6417/6400
Fax (51) 3288-6430

RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado do Trabalho e Renda
Secretário: **SÉRGIO TAVARES ROMAY**
(21) 2332-6710
Fax (21) 2332-6709

RONDÔNIA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social
Secretário: **EVANDO CÉZAR PADOVANI**
(69) 3216- 5261/5177
Fax (69) 3216-5990

RORAIMA

Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES
Secretária: **FERNANDA RIZZO AGUIAR**
(95) 2121-2657/2640/2600
Fax (95) 2121-2640

SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Secretário: **JORGE TEIXEIRA**
(48) 3229-3779/3722/3766
Fax (48) 3229-3618

SÃO PAULO

Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho – SERT
Secretário: **TADEU MORAIS DE SOUZA**
(11) 3241-7004/ 7011/ 7013/7203/7205
Fax (11) 3241.7010

SERGIPE

Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social
Secretário: **FÁBIO CRUZ MITIDIERI**
(79) 3198-0502
Fax (79) 3198-0502

TOCANTINS

Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social
Secretário: **RAIMUNDO WILSON ULISSES SAMPAIO**
(63) 3218-1926/1988
Fax (63) 3218-1990



A oitava edição da Revista Fonset chega num momento importante e decisivo para o futuro das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho no Brasil. Bandeira defendida e reivindicada pelo Fonset desde a sua reestruturação, em 2009, a criação do Sistema Único de Trabalho começa a ganhar corpo e tem importante avanço neste primeiro trimestre de 2014 com as discussões e encaminhamentos do Grupo de Trabalho instituído, ainda no final do ano passado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A composição desse GT tem participação de seis representantes do Fonset, mais os seus respectivos suplentes; da Organização Internacional do Trabalho (OIT); de municípios conveniados com o Ministério e, naturalmente, técnicos do próprio MTE.

O GT está em plena atividade, tendo como desafio a construção de uma proposta que defina claramente o papel da União, dos Estados e dos Municípios na execução das políticas públicas relativas à área do trabalho. A mudança no mecanismo de repasse de recursos federais aos estados e municípios, acabando com os constantes atrasos verificados na modelagem de convênio em vigor, é uma das novidades mais aguardadas pelas Secretarias de Trabalho que executam, em seus estados e municípios, as ações de qualificação profissional, intermediação para o trabalho e habilitação ao seguro-desemprego, o tripé que compõe o Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Também nesta edição, o atual presidente do Fonset, secretário Luiz Claudio Romanelli, faz um balanço dos dois anos em que está à frente do colegiado, onde a cobrança por melhor articulação entre os ministérios da Educação e do Trabalho na execução do Pronatec, garantindo a intermediação dos trabalhadores qualificados, tem sido uma constante. Em sua gestão, Romanelli também não mediu esforços para a criação do Sistema Único de Trabalho. Com o estreitamento da parceria com o Ministério do Trabalho, o Fonset assegurou integrar-se à equipe que atua na construção de uma proposta para o Sistema Único, levando as demandas das Secretarias do Trabalho para o centro do debate. Na Câmara Federal, a direção deste Fórum teve atuação destacada na formação da Frente Parlamentar em Defesa da Rede Sine, criando um clima político favorável para a discussão, pelo Legislativo, do futuro projeto de lei que definirá o marco legal do Sistema Único de Trabalho brasileiro.

Veja, ainda, a movimentação das Secretarias do Trabalho para organização das etapas municipais/territoriais e estaduais preparatórias para a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, marcada para o período de 26 a 29 de novembro/2014, em Brasília. O direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável é o tema desta terceira conferência.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO FONSET
FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS ESTADUAIS DO TRABALHO
Edição nº 8 - março de 2014
forum.fonset@gmail.com
www.fonset.org.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Hilda Fausto (DRT-BA 1748)

REPÓRTERES
Flávia Vasconcelos, Tadeu Paz, Ascom das Secretarias

FOTOGRAFIA
Ascom Secretarias, Marcelo Reis

COLABORAÇÃO ESPECIAL
Ana Peixer e Débora Iankilevich

DESIGN, ILUSTRAÇÕES E EDITORAÇÃO
Miguel Cotrim - X Comunicação e Marketing

IMPRESSÃO
GRASB – Gráfica Santa Bárbara

TIRAGEM
5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



A sétima edição da Revista Fonset teve como destaque a estruturação do Sistema Público de Emprego. O debate sobre este tema tem pautado as últimas edições da publicação oficial deste Fórum. Também trouxe matéria sobre o avanço das ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O número abordou, ainda, os problemas enfrentados por Secretarias Estaduais do Trabalho para atender ao cidadão que solicita a confecção da Carteira de Trabalho. Atraso na entrega do documento é uma das queixas mais comuns das Secretarias, parceiras do MTE na confecção da CTPS.

As opiniões emitidas em artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento do Fonset.

REDE SINE: DIFICULDADES E ENTRAVES DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	6
FONSET ASSUME PAPEL IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO NOVO SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO	10
GARANTIR O MARCO LEGAL QUE CRIE O SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO – <i>PING-PONG COM O PRESIDENTE LUIZ CLAUDIO ROMANELLI</i>	14
AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA FEDERAL DISCUTE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO	17
<i>3ª CONAES –</i> SECRETARIAS DO TRABALHO MOBILIZADAS	18
NOTAS FONSET	20
PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NA COPA DO MUNDO É TEMA DE OFICINAS	22
TEM INÍCIO CRIAÇÃO DA REDE NACIONAL DE OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO	24
A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REDE SINE É O COMEÇO DE UM GRANDE MOVIMENTO <i>Artigo deputada federal Fátima Pelaes</i>	26

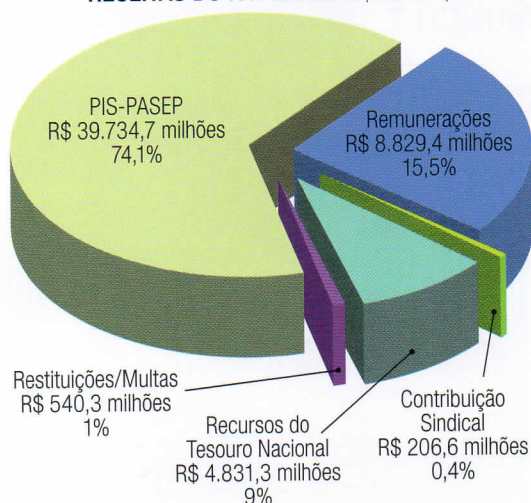
REDE SINE

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CODEFAT - DISTRIBUIÇÃO PARA 2014 - POR PROGRAMA (em R\$)

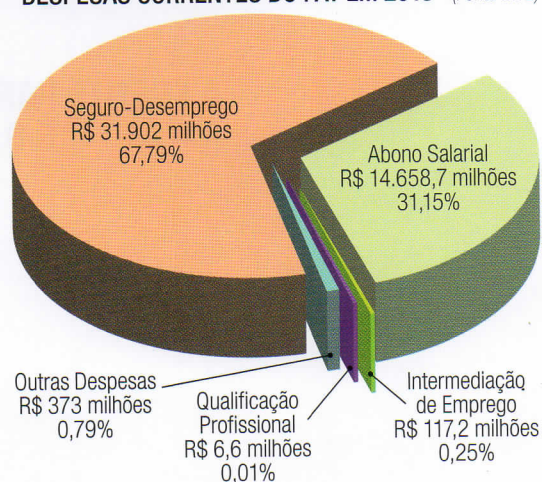
Descrição	2012			2013			2014	Taxa de aumento Dotação (c/b)	Distr. % da Proposta Codefat
	Dotação autorizada	Execução	% Execução	Proposta do Codefat (a)	Dotação autorizada (b)	% Autorizado (b/a)	Proposta PLOA Codefat (c)		
Pagamento do Benefício Seguro-Desemprego	27.627.730.358	27.613.754.553	99,95%	28.156.944.559	25.245.355.182	89,66%	31.213.483.353	23,64%	64,15%
Pagamento do Benefício Abono Salarial	12.637.238.618	12.336.499.477	97,62%	15.469.127.622	15.066.914.107	97,40%	15.829.442.802	5,06%	32,53%
Qualificação Social e Profissional	172.586.114	58.566.825	33,93%	1.114.249.350	169.069.875	15,17%	513.241.200	203,57%	1,05%
Atendimento ao Trabalhador no Sine	152.569.157	140.984.833	92,41%	689.309.260	106.630.162	15,47%	738.663.802	592,73%	1,52%
Registros Administrativos	54.859.458	49.772.411	90,73%	81.877.467	48.915.665	59,74%	93.001.446	90,13%	0,19%
Estudos, Pesquisas e Sistemas de Informações	25.863.327	20.429.873	78,99%	122.986.207	73.406.071	59,69%	143.261.832	95,16%	0,29%
Outras ações	60.457.953	54.658.562	90,41%	88.469.590	43.450.530	49,11%	128.949.460	196,77%	0,27%
TOTAL	40.731.304.985	40.274.663.534	98,88%	45.722.964.055	40.753.741.592	89,13%	48.660.043.895	19,40%	100,00%

(Fonte MTE) - Obs.: não constam neste quadro valores aprovados na LOA/2014

RECEITAS DO FAT EM 2013 (Fonte MTE)



DESPESAS CORRENTES DO FAT EM 2013 (Fonte MTE)



DIFICULDADES E ENTRAVES DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FAT - 2014

Atendimento ao trabalhador no Sine		
Manutenção, modernização e ampliação da Rede de Atendimento do programa do Seguro-Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine		
Modalidade		Valores em R\$ mil
Custeio	Estados	60.855,7
	Municípios	2.808,9
	Entidades privadas	29.816,7
	União (SRTes)	10.301,5
	Total	103.782,8
Investimento	Estados	21.783,8
	Municípios	12.375,0
	União (SRTes)	10.301,5
	Total	44.460,3
Total Geral		148.243,1

(Fonte MTE)

Sucateamento das instalações, precarização no atendimento e déficit e despreparo no quadro de funcionários. Essa é a realidade da Rede SINE - Sistema Nacional de Emprego constatada pela reportagem da *Revista Fonset*, que ouviu gestores estaduais e municipais de Trabalho, além do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que coordena e supervisiona o Sistema.

Instituído pelo Decreto n.º 76.403, de 1975, a Rede SINE conta, atualmente, com mais de 1.500 postos de atendimento espalhados pelo Brasil, onde são oferecidos, basicamente, os serviços de intermediação para o trabalho, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação profissional.

No entanto, de acordo com fontes ouvidas pela *Revista Fonset*, esse sistema não atende de forma eficaz o trabalhador. A deficiência é reconhecida pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Baixo rendimento – Rodolfo Torelly, diretor do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas

de Emprego do MTE, aponta uma série de fatores para esse baixo rendimento. “Além da própria estrutura física, as unidades têm um número insuficiente do seu quadro funcional e o despreparo desse quadro para atendimento ao trabalhador”, justifica.

Para o presidente do Forum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho,



“A CONTA ACABA SENDO PAGA PELOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, QUE CHEGAM A ARCAR COM 80% DA DESPESA, E O GOVERNO FEDERAL ARCA COM O RESTANTE, QUANDO DEVERIA SER EXATAMENTE O CONTRÁRIO”

Luiz Cláudio Romanelli - presidente do Fonset

“AS UNIDADES FUNCIONAM DE FORMA PRECÁRIA, O QUE REFLETE NOS RESULTADOS DE COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PARA TERMOS UMA IDEIA, EM 2013 FORAM COLOCADOS, POR MEIO DO SINE, MAIS DE 838 MIL TRABALHADORES, À MEDIDA QUE FORAM CAPTADAS MAIS DE 3,5 MILHÕES DE VAGAS. É UMA DIFERENÇA MUITO GRANDE”

Rodolfo Torelly - diretor do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE



Unidade do Ceará

Luiz Claudio Romanelli, a forma como o sistema opera na atualidade, com a municipalização, em alguns casos, e a transferência de recursos por meio de convênio, enfraquece a Rede.

O problema é reconhecido pelo MTE, que toma como base o Estudo de Custos do Sistema Nacional de Emprego, desenvolvido, em 2013, pela Universidade de Brasília. "O estudo aponta a necessidade de um maior investimento por parte do Governo", afirma Torelly.

Realidade local – Os quadros apresentados na página anterior confirmam uma queixa antiga do Fonset: a redução gradativa de recursos do Governo Federal para a área do Trabalho tem gerado sérios problemas e dificuldades

para a Rede SINE. Gestores estaduais e municipais, que estão na ponta, e se deparam diariamente com a dura realidade de cada estrutura.

Apontada pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego como um dos bons exemplos da Rede SINE, a Bahia também tem seu revés nas unidades do SineBahia, como é batizado o Sistema naquele estado.

Com 130 unidades na capital e interior, o SineBahia tem uma unidade central em Salvador, com capacidade para atender até mil pessoas/dia, e oferece serviços de qualificação, intermediação e seguro-desemprego, além de serviços como cursos de curta duração e cálculo trabalhista. Todo o serviço é feito de forma

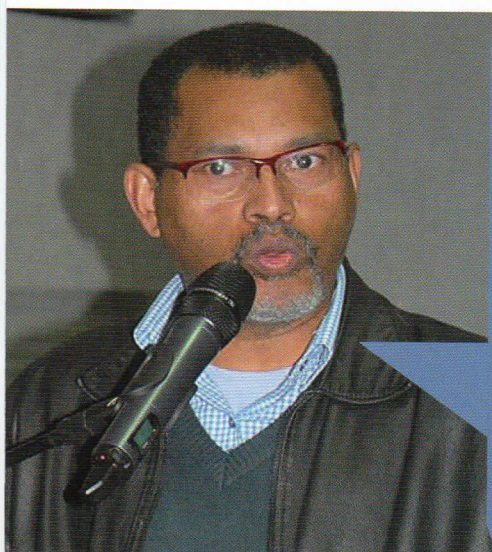


Unidade do Paraná

integrada. No entanto, a realidade das unidades no interior do estado é diferente.

De acordo com a superintendente de Desenvolvimento do Trabalho da Bahia, Maria Thereza Andrade, a principal dificuldade enfrentada no estado é a falta de padronização entre as unidades, respeitando-se a realidade de cada município.

Falta integração – Em Cuiabá, no Mato Grosso, onde o município tem convênio direto com MTE, e são atendidas cerca de 480 pessoas/dias, nas quatro unidades do Sine-Cuiabá, a falta de integração das ações é apontada pela



“OS RECURSOS VÊM DIMINUINDO ANO A ANO, À MEDIDA QUE AS NECESSIDADES E AS DEMANDAS TÊM AUMENTADO ANO APÓS ANO. ATUALMENTE, COLOCAMOS CERCA DE 10 MIL PESSOAS/MÊS. É UM RESULTADO EXPRESSIVO, MAS PODERIA SER BEM MELHOR”

José Maurino de Oliveira Martins, diretor do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, da Secretaria do Trabalho do Paraná



Unidade do Mato Grosso



Unidade da Bahia

representante do município como um dos entraves da rede nacional.

“Atualmente, temos o Pronatec, capitaneado pelo Ministério da Educação (MEC), como o principal programa de qualificação profissional do país. No entanto, não temos uma integração desse Programa ao Portal Mais Emprego, do Ministério do Trabalho, ou seja, não temos o controle desse trabalhador que foi qualificado, assim, não podemos fazer o encaminhamento dele para o mercado de trabalho”, exemplifica a secretária adjunta de Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Cuiabá, Ivone Rosset.

Além da rede municipal, o estado do Mato Grosso conta com a rede estadual, que possui 25 unidades, atendendo, no ano de 2013, uma média de 59 mil trabalhadores/mês. Lá, como tem sido a regra nacional, o governo do estado arca com 80% das despesas do Sine-Mato Grosso, informa a secretária adjunta de Trabalho e Emprego do Estado, Vanessa Rosin Figueiredo.

No Ceará, a avaliação não difere das demais unidades: fragmentação do sistema, falta de identidade visual nas unidades e padronização no atendimento ao público, como aponta João Bosco Sampaio, assessor de Planejamento e Articulação Institucional do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, organização

responsável pela execução do SINE no estado.

Já no Paraná, onde a rede estadual conta com 220 unidades, o problema com o quadro de pessoal das unidades de atendimento foge à regra, como aponta José Maurino de Oliveira Martins, diretor do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, da Secretaria do Trabalho. “Neste quesito, temos uma boa parceria com as prefeituras, que são supervisionadas e ranqueadas pelos serviços oferecidos. Assim, conseguimos manter a qualidade no atendimento”, explica Maurino.

No entanto, quando o assunto é repasse de recursos, o Paraná volta à dura realidade da Rede SINE.



“A REDUÇÃO DE RECURSOS REPASSADOS PELA UNIÃO IMPOSSIBILITA AOS ESTADOS INVESTIREM NA MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES. A PRECARIZAÇÃO DA ESTRUTURA DOS POSTOS REFLETE NEGATIVAMENTE NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO”

Maria Thereza Andrade - superintendente de Desenvolvimento do Trabalho da Bahia





Evolução das Políticas Públicas de Emprego do Brasil (fonte MTE)





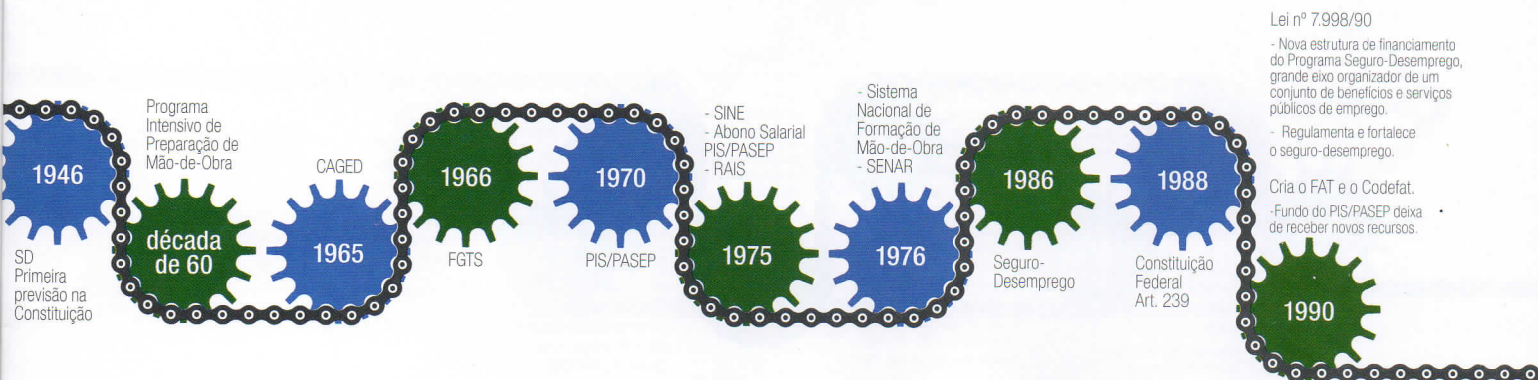
FONSET ASSUME PAPEL IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO NOVO SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO

COM A CONTRIBUIÇÃO DE TÉCNICOS DO FORUM E DE ORGANIZAÇÕES COMO OIT, O MTE AVANÇA NA FINALIZAÇÃO DE UMA NOVA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A ÁREA DO TRABALHO. PROJETO FINAL DEVE SER ENCAMINHADO À CÂMARA FEDERAL EM ABRIL PRÓXIMO

Reivindicação antiga do Forum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho – Fonset – e pauta constante nas reuniões do colegiado, o Sistema Único de Trabalho está em processo acelerado de construção.

Para tanto, foi instituído, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Portaria número 1.879, em dezembro de 2013, o Grupo de Trabalho (GT), que tem por missão elaborar a construção de uma proposta desse Sistema. A criação do GT também atende uma proposta da 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, realizada em Brasília, em 2012.

O Grupo é composto por representantes do MTE, do Codefat, do Fonset, de municípios que têm convênio com o Ministério e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com o presidente do Fonset e secretário do Trabalho do Paraná, Luiz Claudio Romanelli, o Sistema Único é uma discussão e reivindicação antiga dentro do Forum. “O tema foi aprofundado com a reestruturação do Fonset, a partir de 2009, e a conquista do marco legal desse Sistema é o objetivo principal da entidade neste momento”, afirma.



Para Romanelli, o Sistema Único é fundamental para o desenvolvimento da política pública de emprego no Brasil. “O sistema atual funciona de forma precária, tem uma má formação, o repasse de recursos na forma de convênio é o pior modelo de transferência que existe, e não tem mais como permanecer”, opina.

Ainda segundo o secretário, a falta de recursos contribui para o não funcionamento pleno do SINE. “O sistema atual padece de indefinição institucional, sendo penalizado pela pulverização dos recursos do FAT, que acarreta no esvaziamento do sistema de financiamento público, via repasses da União aos Estados, para a manutenção da rede de atendimento ao trabalhador e comprometimento do financiamento das políticas de trabalho, emprego e renda, como um todo”, critica.

Para o diretor do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE, Rodolfo Torelly, a nova proposta em construção deve ser um diferencial na política pública de trabalho e emprego no Brasil. “Esse novo Sistema deve suprir a necessidade de recursos suficientes para execução da política de trabalho”, diz.

Ele elenca as dificuldades enfrentadas pelo atual sistema, e que podem ser agora superadas. “Precisamos de uma identidade e uma padronização da Rede SINE, que atualmente não tem identidade visual – em cada estado ou município ele é batizado de formas diferentes – e nem

“O MECANISMO DE CONVÊNIO É O PRINCIPAL MOTIVO PARA O ATRASO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO. COM O SISTEMA ÚNICO, A PROPOSTA É QUE O REPASSE DE RECURSOS SEJA MAIS ÁGIL”

Nilton Vasconcelos -
secretário do Trabalho
da Bahia



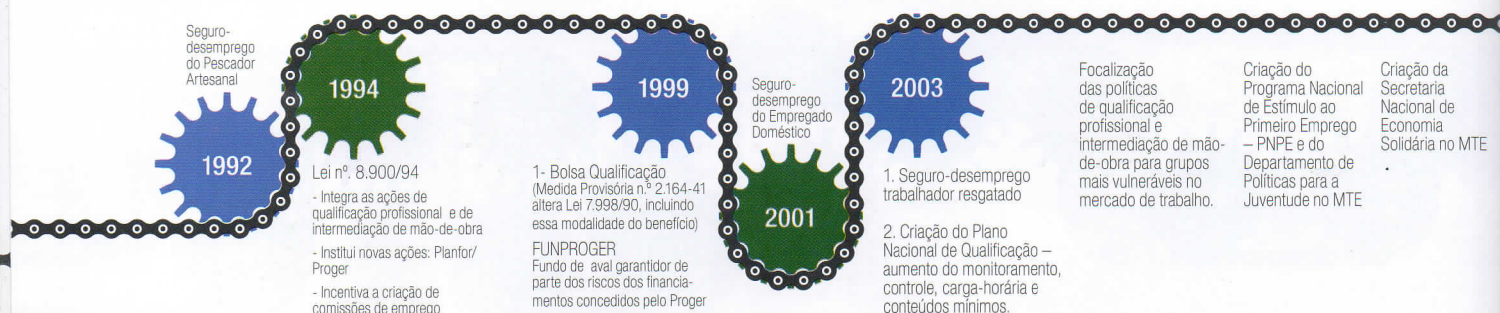
um padrão de atendimento. A expectativa é construir um novo sistema que receba bem o trabalhador, promova o trabalho decente e a expansão do mercado formal”.

Torelly também destaca o papel dos membros do Fonset na construção dessa nova política. “Tanto o Ministério quanto o Fonset têm representação expressiva no GT, e os membros do Forum trazem as suas experiências e realidades locais que enriquecem bastante a discussão”, pontuou.

Ex-presidente do Fonset, o secretário do Trabalho da Bahia, Nilton Vasconcelos, lembrou que a criação do Sistema Único é uma tendência, a exemplo do SUS e SUAS. Muitas secretarias estaduais acumulam as áreas do Trabalho e

Desenvolvimento Social e vivem a discrepância entre elas. “Enquanto a área Social vem numa crescente – muito por conta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – a do Trabalho vem passando por dificuldade”, relata, afirmando ser necessário encontrar sistemas alternativos de financiamento.

Construção – O Grupo de Trabalho responsável pela construção do Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente já definiu os objetivos e princípios do novo modelo. Atualmente, estão sendo definidas as competências da União, dos estados e municípios. Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o GT prevê o fechamento dos trabalhos para este mês de abril.





“A FRENTE PARLAMENTAR SURTIU DE UMA LUTA INCANSÁVEL DO FONSET, BUSCANDO APOIO DA CÂMARA FEDERAL PARA ARTICULAR POLITICAMENTE A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO”

Fátima Pelaes - Deputada Federal, presidente da Frente Parlamentar em defesa da Rede Sine

“Com a nova proposta, vamos conseguir fazer a integração de todas as ações. Construir o perfil do quadro funcional desse servidor que vai atuar na ponta, nas unidades, para que o trabalhador tenha um atendimento que merece”, acredita Ivone Rosset, representante do município de Cuiabá, Mato Grosso.

Integrante do Fonset no GT SUETD, a superintendente de Desenvolvimento do Trabalho da Bahia, Maria Thereza Andrade, lembra que os problemas encontrados para o desenvolvimento das ações é comum entre os estados e são tratados durante as reuniões do GT Fonset, que auxilia os secretários do Trabalho. “Atrasos no repasse de recursos geram dificuldades às

secretarias do Trabalho para execução das ações planejadas”, observa.

Para José Maurino Oliveira Martins, do Paraná, também representante do Fonset no GT, o desafio é montar um modelo que atenda às necessidades dos estados. “Fazendo um paralelo com o SUS, que tem o posto de saúde, hospitais de pequeno, médio e grande porte, cada um com as suas demandas e especialidades e especificidades, temos que montar unidades que supram as demandas de cada localidade, garantindo, ao mesmo tempo, uma qualidade e uma padronização nesse atendimento”, pontua.

João Bosco Sampaio, do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, do Ceará,

diz que o Grupo está tomando como referência o SUS e o SUAS, que têm experiências positivas. “As discussões têm sido consensuais. Existem dissonâncias, mas nada que impeça um avanço nessa construção. Buscamos um Sistema que contemple todas as ações e serviços da área do Trabalho, que vai muito além da atuação do SINE, que contemple, por exemplo, fiscalizações e autuações, que é atribuição das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego”, observa.

Frente Parlamentar – Para acompanhar e fiscalizar as políticas públicas e os programas governamentais destinados à valorização do Sistema Público de Emprego, foi criada a Frente Parlamentar, na Câmara Federal, sob a presidência da deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP).

Esta Frente terá a responsabilidade de articular politicamente a tramitação e aprovação do Projeto de Lei do Marco Legal do Sistema Único de Trabalho, com previsão de ser votado ainda em 2014.

Debates – Com o intuito de levar essa discussão para a sociedade civil, o Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Fonset, promoveu uma série de encontros, que reuniu trabalhadores, empregadores e representantes do poder público, quando foram apresentadas propostas para a construção do Sistema Único de Trabalho.

Os encontros aconteceram, entre os meses de novembro e dezembro de 2013, nas cidades de São Paulo, Curitiba, Brasília, Salvador e Manaus.

Congressos Regionais e Nacionais do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda reforçam pressupostos do SPE:

- Municipalização de ações;
- Integração das políticas
- Focalização nos grupos mais vulneráveis do mercado de trabalho;
- Reforço para a política ativa;
- Fortalecimento da gestão tripartite.

2005
2006

PRONATEC – Aprovado o Projeto de Lei nº 12.513, em 26 de outubro de 2011. Exige Qualificação Profissional aos trabalhadores beneficiados pelo Seguro-Desemprego.

Dezembro -Portal Mais Emprego – Implantado 100% na rede de atendimento.

2011

Emenda Constitucional 72/2013 – que estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.

2013

2014

Criação do Sistema Único de Trabalho

Revista Fonset – *A criação do Sistema Único de Trabalho começa a tomar corpo, com expectativa de envio de projeto de lei à Câmara Federal ainda neste primeiro semestre de 2014. Como o senhor avalia a participação do Fonset em todo este processo?*

Luiz Claudio Romanelli – Por força de uma negociação, conseguimos criar um Grupo de Trabalho com o Ministério do Trabalho e Emprego, onde temos técnicos das secretarias que integram o GT Fonset participando formalmente desse Grupo. Neste espaço, estamos discutindo a criação de um Sistema Único do Trabalho com o objetivo de poder estruturar um sistema que possa, indiscutivelmente, modernizar e criar um marco legal para as relações entre a União, os Estados e os Municípios. Defendemos e trabalhamos pela criação de um sistema que articule de forma efetiva as ações integradas das três esferas de governo.

RF – *Qual é o principal desafio desse Sistema e o que o senhor destacaria como principal ganho dessa conquista para as secretarias estaduais em particular?*

LCR – O principal desafio é poder, de fato, criar um marco legal para um sistema que existe desde 1975, ano em que foi criado o Sistema Nacional de Emprego, o Sine, e ao mesmo tempo esse Sistema Único, que vai regulamentar o Inciso 16 do Artigo 22 da Constituição Federal, que diz ser competência da União legislar sobre a organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões. O nosso maior desafio é poder conseguir, de fato, que a União legisle sobre essa matéria, que possamos ter um anteprojeto ao final desse trabalho que está sendo realizado, e que a Presidência possa enviar ao Congresso a proposta de criação desse Sistema Único de Trabalho. Como principal ganho, destacaria a conquista, de definir, mediante uma lei, o papel da União, dos estados e dos municípios e como vai se dar

o cofinanciamento desse sistema. Além disso, destacaria que com a implantação do sistema, será extinta a modalidade de convênio e finalmente implantada a transferência direta de recursos, ou, preferencialmente, a transferência através de uma política de criação de fundos, o que efetivamente daria grande transparência e ao mesmo tempo garantiria uma continuidade das ações da Rede SINE no Brasil.

RF – *Quando o senhor assumiu a presidência do Fonset, em 2012, apontou como um dos principais desafios do Fórum a necessidade de melhoria da Rede SINE em todo o país. Que avanços o senhor destacaria desde então?*

LCR – Foram pequenos os avanços, mas eu destacaria que conseguimos integrar toda a rede por meio do sistema operacional de informática nacional, que é o MTE Mais Emprego. Ao mesmo tempo, criamos o aporte de recursos para a rede, priorizando os estados mais precários. Estamos, assim, melhorando no aspecto institucional. A expectativa que temos é de que, ao término do GT que discute a criação do Sistema Único de Trabalho, possamos ter um marco legal que possa definir claramente como é que esse Sistema Único irá funcionar.

RF – *Como o senhor avalia a atual relação do Fonset com o Ministério do Trabalho, que entre final de 2011 e 2013 teve alterado por três vezes o seu comando principal – ministro Lupi, ministro Brizola Neto e agora o ministro Manoel Dias?*

“AO TÉRMINO DO GT, QUEREMOS TER UM MARCO LEGAL QUE DEFINA O PAPEL DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS

GARANTIR O MARCO LEGAL QUE CRIE O SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO E MAIS RECURSOS PARA AS SECRETARIAS SÃO OS GRANDES DESAFIOS DO FONSET



LCR – Avalio que o corpo técnico do Ministério sempre fez um grande esforço para poder manter o sistema funcionando. Por outro lado, há de se reconhecer que as mudanças ministeriais trouxeram um grande prejuízo principalmente na gestão da Rede SINE. Indiscutivelmente, com o atual ministro, Manoel Dias, abrimos um canal de diálogo muito importante e permanente. O ministro tem demonstrado clara vontade de modernizar essa rede e ao mesmo tempo buscar os investimentos necessários para isso. Por outro lado, percebo que a área fazendária do Governo Federal não tem demonstrado a mesma sensibilidade, e o que vemos é o orçamento da Rede reduzido. Assim, entendo que nosso maior desafio é tentar convencê-la da importância de investimentos na Rede SINE, como, aliás, foi o comando dado pela presidenta Dilma, mas até agora não ouvido pela área da Fazenda do Governo.

RF – *A partir da implantação do Pronatec, os recursos para a área de qualificação destinados às secretarias estaduais do Trabalho têm diminuído a cada ano. Hoje,*



Ao final de dois anos, o secretário do Trabalho do Paraná, Luiz Claudio Romanelli, encerra sua gestão à frente do Fonset. Neste período, participou ativamente do processo que garantiu avanço na discussão no Sistema Único de Trabalho, com a implantação do GT do Ministério do Trabalho e Emprego, e também a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Rede SINE. Para ele, a participação de técnicos do GT Fonset no Grupo de Trabalho do MTE é fundamental para que os pleitos das secretarias estaduais estejam assegurados no marco legal que irá construir a nova política pública. Nesta entrevista, o presidente faz um balanço da sua gestão, destacando os desafios que estão colocados para o Fonset: garantir o marco legal do Sistema Único de Trabalho e assegurar aumento de recursos para as Secretarias do Trabalho.

a área de Educação, que ficou com parte importante do Pronatec, é que tem assumido a tarefa da qualificação profissional. Como o senhor avalia essa realidade hoje vivida pelas secretarias do Trabalho e qual a perspectiva de Orçamento para este ano?

LCR – O Governo Federal decidiu, literalmente, extinguir a área de qualificação da pasta do Trabalho, transferindo toda ela para a área da Educação. Isso foi uma decisão política da presidenta Dilma. No entanto, penso que avançamos ao assegurarmos o acordo de cooperação que foi firmado entre o MTE e o MEC. Por meio desse acordo, teremos a criação do Pronatec Trabalhador e as Secretarias do Trabalho serão demandantes e poderão visualizar todas as vagas que são ofertadas pelo Pronatec. Com isso, vamos conseguir avançar para dar uma maior efetividade ao Programa, até porque nós estamos conseguindo incluir – como público prioritário que são os trabalhadores do seguro-desemprego – nos cursos de qualificação, apenas 5% das vagas que o Programa tem ofertado. O que ainda é muito pouco. Com a

mudança do perfil do trabalhador, que passou a ser obrigado a fazer o curso de qualificação profissional, já percebemos um aumento desse número, mas ainda é necessário um período mais longo para podermos avaliar o impacto dessa política. De qualquer forma, entendo que a área de Educação, claro que em sinergia com a área do Trabalho, é muito importante. Não dá para separar essas duas áreas. O Sistema S tem sido um parceiro estratégico e ao mesmo tempo as redes estaduais de educação profissional começam a trabalhar de forma mais articulada com o Pronatec. Acredito que o resultado a médio e longo prazos será altamente positivo, desde que o Pronatec seja um programa que tenha vida longa e que não acabe no dia 31 de dezembro de 2014.

RF – *As Secretarias do Trabalho começam a se mobilizar para realização das etapas municipais/territoriais e estaduais preparatórias para a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, marcada para novembro deste ano, tendo por desafio a construção do Plano Nacional de Economia*

Solidária. Como o Fonset pode contribuir para o êxito dessa mobilização em cada estado?

LCR – Da mesma forma que fizemos quando da mobilização para a Conferência Nacional do Trabalho Decente, em 2011. Vejo que a área da Economia Solidária é uma estrutura alternativa da atividade econômica para grande parte das pessoas que não tiveram, não tem e não terão uma carteira de trabalho assinada. A Economia Solidária é uma maneira de fortalecer o associativismo, um cooperativismo baseado na criação de um mercado de trabalho, de um mercado justo. É um conceito que não é novo, mas ele inova do ponto de vista das relações da atividade econômica. Indiscutivelmente, a área do Trabalho tem que ter um olhar diferenciado para a Economia Solidária, e nós temos que contribuir de forma efetiva na mobilização, na realização das conferências, criando de fato um ambiente de participação popular ativa nesse processo, trazendo todas as entidades que possam somar nesse esforço coletivo para ampliar a atividade de ►

► economia solidária de forma estruturante no mundo do trabalho.

RF – *De que forma esta conferência pode ajudar no fortalecimento daquelas secretarias do Trabalho que também acumulam a área de Economia Solidária?*

LCR – Esse debate propiciará que muitas Secretarias do Trabalho que ainda não têm uma área específica de Economia Solidária entendam melhor esse conceito que ganhou maior visibilidade no Brasil a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. É importante que conheçam, porque nós queremos incluir a área de economia solidária no Sistema Único de Trabalho. A Economia Solidária e o microcrédito, ao lado da intermediação da mão de obra, da habilitação ao seguro-desemprego e

“ **COM O MTE, ABRIMOS UM CANAL DE DIÁLOGO MUITO IMPORTANTE**

da qualificação profissional, são áreas importantes e fundamentais para a geração de emprego e renda no Brasil.

RF – *Como o senhor avalia a participação dos estados nas discussões tratadas pelo Fonset? O que é preciso melhorar?*

LCR – Observo que na área do Trabalho há uma grande estabilidade dos técnicos e trabalhadores que estão na base do sistema, mas há uma instabilidade muito grande no que diz respeito aos gestores. Temos tido substituições constantes de secretárias, secretários, secretárias e secretários adjuntos, diretores, superintendentes vinculados à área do Trabalho. Essa instabilidade traz grande prejuízo, porque um corpo técnico de gestores é fundamental para que possamos ter melhor qualidade naquilo que estamos fazendo. A

profissionalização garante maior efetividade nas ações que realizamos.

RF – *Quais os principais desafios do Fonset, hoje?*

LCR – Fundamentalmente, garantir um marco legal que possa criar um Sistema Único de Trabalho. Penso que esse é o maior desafio que temos, além, é claro, de garantir aumento dos recursos para as Secretarias do Trabalho, hoje, reduzidos ao menor nível da história, quando sabemos que temos, no mínimo, que quintuplicá-los para que possamos melhorar a Rede de 1.500 unidades de atendimento aos trabalhadores. Hoje, essa conta tem sido paga pelos estados e municípios, quando a responsabilidade é do Governo Federal.

RF – *Qual o balanço que o senhor faz destes dois anos à frente do Fonset?*

LCR – Pude contar com o apoio dos secretários estaduais do Trabalho, dos técnicos, enfim, dos gestores que têm uma verdadeira paixão pelo que fazem, para poder de fato enfrentar o grande desafio que é atender o mundo do trabalho, atender o trabalhador no dia a dia em cada uma das nossas unidades. Isso é absolutamente motivador. São duas gestões e eu agradeço muito a diretoria dessas duas gestões, ao ex-presidente e secretário da Bahia, Nilton Vasconcelos, à minha atual diretoria, aos secretários e secretárias estaduais do Trabalho, ao Ministério do Trabalho, que conosco sempre construiu boas parcerias, também ao Ministério da Educação pela ótima parceria que temos por conta do Pronatec, ao Ministério do Desenvolvimento Social como um grande mobilizador também do Pronatec, especialmente com o Programa Brasil Sem Miséria. Quero agradecer também aos interlocutores do Sistema S e também a ótima receptividade que tivemos para a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Rede Sine no Congresso Nacional, agradecer à deputada federal Fátima Pelaes, que foi fundamental no processo de criação de Frente, assim como o deputado federal Alex Canziani. Hoje, temos uma Frente Parlamentar constituída no Congresso, temos uma boa mobilização em todo o Brasil. ■



EVENTO REUNIU SECRETÁRIOS DO TRABALHO, DEPUTADOS, REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL E LÍDERES SINDICAIS E MARCOU O DIA NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, CONVOCADO PELO FONSET PARA O DIA 29 DE OUTUBRO

COMPOSIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR

Fátima Pelaes (Presidente)
Alex Canziani (1º Vice-presidente)
Eduardo Barbosa (2º Vice-presidente)
Raimundo Gomes de Matos (3º Vice-presidente)
Flávia Moraes (4º Vice-presidente)
Marinha Raupp (Secretária Geral)

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE FORTALECIMENTO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

SISTEMA
PÚBLICO DE
EMPREGO



O Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego, convocado pelo Forum Nacional de Secretarias Estaduais de Trabalho (Fonset) para o dia 29 de outubro do ano passado, teve desdobramentos importantes para a construção de ações e políticas que viabilizem o novo sistema em processo de construção e que conta com a contribuição técnica do GT Fonset.

Uma audiência pública foi realizada neste dia na Câmara dos Deputados com o intuito de debater formas de garantir e fortalecer o novo modelo. Parlamentares, secretários de Trabalho e representantes de governos e de entidades sindicais participaram, durante a audiência, do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do SINE, presidida pela deputada federal Fátima Pelaes (PMDB-Amapá). Criada para acompanhar e fiscalizar as políticas públicas destinadas à valorização do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, a Frente teve apoio e adesão de mais de 210 deputados federais e três senadores, demonstrando o forte apelo que o debate tem despertado nos diferentes

segmentos envolvidos com o mundo do trabalho.

Durante a audiência, também foi ratificada a criação do Grupo de Trabalho que discute o Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente (GT-SUETD), formado por integrantes do Fonset, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da OIT, da Codefat, dentre outros. O GT-SUETD foi formalizado por meio da Portaria Nº 1.879, publicada no Diário da União em 27 de novembro de 2013 e assinada pelo MTE. Neste grupo de trabalho é que estão sendo discutidas as ações e políticas que integrarão o novo Sistema no país, que tem como principal desafio definir a responsabilidade de cada ente federado e como se dará o cofinanciamento.

A criação da Frente Parlamentar foi articulada pelo Fonset. Segundo o secretário e presidente do Forum, Luiz Claudio Romanelli, dentre outros objetivos, a formação da Frente visa estabelecer um ambiente político de apoio à institucionalização do Sistema Público de Trabalho no Brasil, por meio de sua revitalização, estruturação e regulamentação.

Em seu discurso durante a audiência, a deputada Fátima Pelaes ressaltou a luta do Fonset pela criação da Frente e afirmou que o grupo fará pressão para que a Presidência da República encaminhe o Projeto de Lei ainda neste primeiro semestre. "A Frente vai suscitar o debate e fazer uma pressão legítima para que o governo federal encaminhe esse projeto. Com o Sistema Único, teremos a racionalização do recurso público, que chegará com muito mais qualidade à ponta, ao SINE, que é onde o trabalhador vai", explicou.

A deputada conclamou secretários de Trabalho e líderes sindicais para colaborar com o trabalho da Frente. "É preciso reavaliar o modelo vigente e os critérios de repasse para as Unidades da Federação, tomar por base a produção de cada posto do SINE no que se refere a trabalhador colocado no mercado de trabalho, habilitado ao seguro-desemprego, qualificado, a trabalhador certificado e domicílios pesquisados (PED), buscando potencializar os Estados menores e mais distantes de forma igualitária. Assim, teremos justiça social de fato".

3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional
da Economia Solidária para promover
o direito de produzir e viver de forma
associativa e sustentável

SECRETARIAS DO TRABALHO MOBILIZADAS

De 26 a 29 de novembro deste ano, Brasília sediará a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Com o tema *Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*, a 3ª Conaes tem por objetivo fazer um balanço dos avanços e desafios da Economia Solidária, promover o debate sobre a integração das ações governamentais de apoio à prática e elaborar os planos, municipais, territoriais e nacional.

As Secretarias do Trabalho já deflagraram a organização das etapas que antecedem as conferências estaduais, momento em que são eleitos os

delegados que irão a Brasília defender propostas e políticas necessárias para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas para a área da Economia Solidária. Na 90ª reunião do Fonset, realizada em 13 e 14 de setembro, em Curitiba, a preparação da conferência nacional foi pauta de discussão. Na oportunidade, o assessor da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Roberto Marinho, apresentou o cronograma para a realização das etapas que antecedem o encontro nacional e fez um diagnóstico das duas primeiras conferências realizadas respectivamente em 2006 e 2010.

Segundo Marinho, o plano para a realização da 3ª Conferência já está

definido. “Entre os objetivos, está a elaboração de um Plano Nacional de Economia Solidária, com eixos estratégicos de ação e modelo de gestão visando o fortalecimento da área no país”, explicou.

Nas etapas preparatórias da 2ª Conferência Nacional, em 2010, foram realizadas cinco conferências temáticas, 187 territoriais e 27 estaduais, numa mobilização que reuniu um total de 20,4 mil pessoas. Destas, 1.613 representaram os estados no encontro em Brasília.

Nesta edição de 2014, as conferências estaduais deverão ser realizadas até junho, e a lista de delegados encaminhada para Comissão Nacional Organizadora até agosto.





ATIVIDADE ECONÔMICA GANHA FORÇA NO PAÍS

A área de Economia Solidária começa a ganhar força em alguns estados brasileiros, com implantação de políticas públicas voltadas para atender especificamente a esse segmento. Exemplo disso é o destaque que esse modelo econômico começou a ocupar na Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional (Seteq) de Alagoas nos últimos anos.

Em novembro do ano passado, ainda sob a gestão do então secretário Alberto Sextafeira, um militante declarado da economia solidária, foi implantado o Projeto Produzir Juntos, uma iniciativa do governo federal em parceria com o governo estadual e municipal de Maceió. O ato de lançamento contou com a presença do secretário nacional de Economia Solidária, professor Paul Singer, um dos maiores especialistas do tema no Brasil.

Ao assumir o comando da Secretaria, em janeiro de 2014, a doutora em Educação, Stella Albuquerque, deu continuidade à ação que irá beneficiar 72

empreendimentos e mais de 1.400 pessoas contempladas com assessoria, consultoria de comercialização e de administração.

Além da capital alagoana, comunidades de outros 17 municípios também serão beneficiadas com o recurso de R\$ 2,9 milhões, do governo federal, que será destinado a oficinas de capacitação, mão-de-obra e orientação profissional. O Produzir Juntos atenderá, ainda, inúmeros empreendimentos econômicos solidários espalhados em quatro territórios do estado de Alagoas. Foram inscritas 2.038 pessoas e selecionados mais de 1.400, que já se encontram incubadas no projeto.

A Economia Solidária também é hoje política de estado no Maranhão, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia, cuja Secretaria do Trabalho que vem investindo forte na implantação de Centros Públicos de Economia Solidária. Em todo o estado baiano, já são nove centros públicos em funcionamento, e mais dez devem ser implantados ainda este ano.

REDE NACIONAL DE GESTORES DE POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Criada em 2003, a Rede Nacional de Gestores de Política Pública de Economia Solidária é um importante fórum de debates para ampliação e consolidação da política de Economia Solidária no Brasil.

São atribuições dessa Rede: contribuir para legitimar e consolidar políticas públicas de Economia Solidária para além de iniciativas de governos; fortalecer a interlocução entre os diversos órgãos das três esferas de governo, compartilhando estratégias de integração, programas e instrumentos que possam ser multiplicados; ampliar a articulação com outros atores da Economia Solidária e contribuir para a formação de gestores públicos nessa área.

Formada por servidores públicos

das esferas municipal, estadual e federal, a Rede de Gestores é uma forma de articulação que não possui personalidade jurídica, mas tem a responsabilidade de construir uma agenda comum entre seus membros. Contribui para o avanço de políticas públicas voltadas para a área, a exemplo da criação de leis municipais e estaduais, organização de empreendimentos econômicos solidários e formação de incubadoras de economia solidária.

Em agosto de 2013, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (Setre) assumiu a coordenação Executiva da Rede de Gestores. Estimular e atrair outras Secretarias do Trabalho para que integrem esse espaço de debates é uma das metas dessa gestão.

Confira o calendário das Conferências Estaduais

Estado	Período
Distrito Federal	17 e 18/03
Piauí	20 e 21/03
Alagoas	19 e 20/05
Bahia	21 a 23/05
Rio Grande do Norte	21 a 23/05
Paraíba	22 e 23/05
Rio Grande do Sul	23 a 25/05
Maranhão	27 a 29/05
Tocantins	28 a 30/05
Goiás	29 e 30/05
Mato Grosso do Sul	29 e 30/05
Acre	30/05
Amapá	05 a 07/06
Espírito Santo	05 a 07/06
Minas Gerais	Maio
Rio de Janeiro	Maio
Roraima	Maio
Santa Catarina	Maio
Pernambuco	Junho
Mato Grosso	Junho

Ainda não definiram datas os estados:

Amazonas, Ceará, Paraná, Pará, Sergipe, São Paulo e Rondônia. Pelo regulamento da 3ª Conaes, as etapas estaduais têm que acontecer até junho.

NOTAS FONSET

NOVOS SECRETÁRIOS DO TRABALHO

Ano de eleição e de renovação de mandatos de Governo e nas cadeiras legislativas estaduais e federal, 2014 iniciou com mudanças de titulares em cinco Secretarias de Trabalho. Veja os novos gestores que até início de março tomaram posse: **Stella Lima de Albuquerque** (AL), **Murilo Roberto de Moraes Guerra** (PE), **Jorge Teixeira** (SC), **Raimundo Wilson Ulisses Sampaio** (TO) e **Jean Estevan** (MT).

O Fonset dá as boas-vindas aos novos secretários, desejando-lhes sorte no desempenho de suas funções.

MOVIMENTO AÇÃO INTEGRADA

Um esforço nacional vem sendo empreendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho para que os estados venham a aderir ao Movimento Ação Integrada. Criado em 2008, no estado do Mato Grosso, numa iniciativa da Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/MT), do Ministério Público do Trabalho/MT e da Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal (Uniselva/UFMT), o Ação Integrada visa promover a inserção de egressos da escravidão contemporânea em programas de qualificação profissional e sua reinserção no mercado de trabalho. Em maio de 2013, teve lançamento nacional no Senado Federal por meio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

No Mato Grosso, o Ação Integrada, com apoio de uma ampla rede de parceiros, incluindo diversas empresas privadas, já garantiu a reinserção no mercado formal de 434 trabalhadores vítimas de trabalho análogo à escravidão.

103ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Marcada para acontecer entre 28 de maio e 12 de junho de 2014, em Genebra, Suíça, a 103ª Conferência Internacional do Trabalho, da OIT, terá como temas: Intensificar a Luta contra o Trabalho Escravo e a Transição da Economia Informal e a Economia Formal.

Documentos do encontro já estão disponíveis nos links: http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/103/reports/ReportsubmittedtotheConference/WCMS_217752/lang--en/index.htm (trabalho escravo) http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/103/reports/ReportsubmittedtotheConference/WCMS_218128/lang--en/index.htm (trabalho informal).

PEC DAS DOMÉSTICAS 1

A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) não aprova o parecer do relator Romero Jucá (PMDB-RR) que trata da regulamentação da Emenda Constitucional, originada da Proposta de Emenda Constitucional 66, que ficou conhecida como a PEC das Domésticas. Presidente da Fenatrad, Creuza Maria Oliveira (*foto*) diz que a entidade mantém-se mobilizada contra a aprovação do texto do relator, por entender que ele representa um retrocesso em relação à lei original, aprovada pela Câmara de Deputados em abril de 2013.

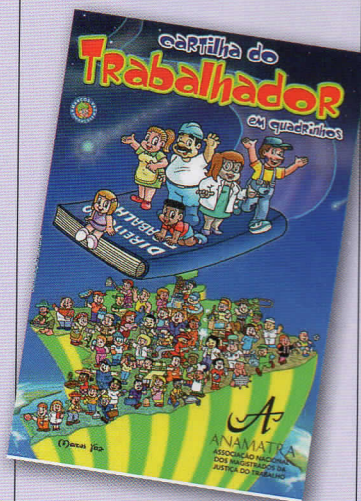


PEC DAS DOMÉSTICAS 2

Questões como o pagamento de horas extras somente ser feito

12 meses após a execução do serviço; estabelecimento do vínculo empregatício apenas a partir de três diárias; não previsão de contribuição sindical pelas trabalhadoras; não garantia de direito à organização do sindicato patronal sob o argumento de que o serviço doméstico não é uma atividade econômica são algumas das reclamações das trabalhadoras e de entidades sindicais contra a proposta que se encontra para votação na Mesa da Câmara dos Deputados.

10 ANOS DO PROGRAMA TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA



O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, criado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), comemora 10 anos agora em 2014. Ao longo dessa década, magistrados, membros do Ministério Público, advogados, professores de Direito e servidores do Judiciário semeiam noções básicas de direitos fundamentais, direito do trabalho, direito da criança e do adolescente, direito do consumidor, direito penal, ética e cidadania em escolas, especialmente as públicas, de diversos estados e municípios brasileiros. Para marcar a data, uma edição atualizada da Cartilha do Trabalhador, que em 2004 marcou o lançamento do Programa, está sendo preparada pela instituição dos magistrados. Tendo como principais objetivos a conscientização dos direitos e deveres básicos do cidadão; a integração do Judiciário com

a sociedade e a promoção da qualificação do exercício da cidadania, o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania dialoga diretamente com as políticas públicas desenvolvidas pelo conjunto de secretarias estaduais do Trabalho. Nesse sentido, o Fonset defende que parcerias sejam estreitadas com as Associações Regionais dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra), para a difusão do direito e ampliação do acesso à Justiça.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 1

Dia 30 de maio, acontece o Dia D da Contratação das Pessoas com Deficiência. A iniciativa é do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, em parceria com as secretarias Trabalho dos 26 estados, mais o Distrito Federal. As experiências desenvolvidas em Mato Grosso e na Bahia, que realizaram um Dia D para atendimento a esse público, estão sendo empregadas como metodologia para a ação nacional. O Dia D é um importante reforço ao cumprimento da Lei de Cotas (Art. 93 da Lei nº 8.213/91) que estabelece a obrigatoriedade às empresas com 100 ou mais empregados preencherem uma parcela de seus cargos com pessoas com deficiência, em proporções que variam de acordo com o número de empregados: de 100 a 200, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, de 4%; e acima de 1.001, de 5%.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 2

De acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Brasil é composta por 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a quase 24% do total dos mais de 190 milhões de brasileiros. Desse total de 45 milhões de PcD, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2012, 330 mil estão no mercado formal de trabalho, o que corresponde a 0,70% do total de vínculos empregatícios.



ECONOMIA SOLIDÁRIA. COM ESSA FORÇA, O BRASIL VAI MAIS LONGE.

Transformar o talento e a sabedoria popular em fonte de emprego e renda. Essa é a proposta da **Economia Solidária** que, em 2007, tornou-se política pública na Bahia, materializada pela **Lei Estadual** e criação do **Conselho Estadual de Economia Solidária**. Com o investimento nos Centros Públicos de Economia Solidária e apoio financeiro por meio de editais, a inclusão socioeconômica é hoje realidade para milhares de baianos. Na Conferência Nacional, a Bahia associa-se aos demais estados na construção do plano nacional para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.



SECRETARIA DO
TRABALHO, EMPREGO,
RENDIA E ESPORTE



SEMINÁRIO PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICA NACIONAL DO TRABALHO DECENTE



Ciclo de oficinas iniciou em São Paulo e já foram realizadas em Cuiabá, Natal, Porto Alegre, Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Belo Horizonte

PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NA COPA DO MUNDO É TEMA DE OFICINAS

Com o objetivo de garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores com base nos termos do Trabalho Decente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vem promovendo as Oficinas de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos – Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Realizadas em cidades que receberão jogos nesses dois eventos, as oficinas são voltadas para representantes dos governos federal, estaduais e municipais, organizações de trabalhadores e de empregadores e representantes da sociedade civil organizada. Nesses encontros, o diálogo é aberto para definir e implementar uma agenda preventiva e propositiva que permita diminuir os riscos e aumentar as potencialidades referentes a demandas da área do trabalho.

As cidades de São Paulo, Cuiabá, Natal, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte já receberam as oficinas, e a previsão é de que o evento ainda aconteça em Manaus e Brasília.

Parceiro da iniciativa, o Fonset por diversas vezes tem defendido que o legado

OS ENCONTROS, QUE ESTÃO SENDO REALIZADOS EM CIDADES SEDES DA COPA, DISCUTEM PROPOSTAS QUE GARANTEM DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR

maior que se espera de eventos de grande porte como a Copa do Mundo é a geração de mais e melhores empregos com as obras de infraestrutura necessárias para a realização do mundial. “Temos pontuado sempre que o melhor desempenho do Brasil no Mundial deve acontecer antes mesmo de a bola rolar nos gramados. Por isso, estamos atentos e participando, junto com o MTE, dessa mobilização nacional em defesa da promoção do trabalho decente nas obras da Copa e nas oportunidades de emprego que serão geradas no período do mundial. Queremos mais e melhores empregos”, defende o presidente do Fonset, Luiz Claudio Romanelli, que esteve presente na abertura do ciclo de oficinas, realizada em São Paulo, em novembro último.

De acordo com a oficial de projetos da OIT, Andrea Bolzon, a discussão tem sido bem recebida nas cidades onde chegam. Sobre a escolha do tema das oficinas, Andrea ressalta que esses grandes eventos exigem demanda excessiva de obras de infraestrutura, além da mobilização de empresas no setor de eventos e turismo, o que traz desafios ao Trabalho Decente. “O diálogo sobre esses desafios inclui a prevenção contra formas inaceitáveis de trabalho; a promoção de qualificação profissional de jovens; a busca de formas de fazer com que vagas temporárias de trabalho se convertam em vagas permanentes, especialmente para a população vulnerável; a diminuição dos acidentes de trabalho”, explica.



Salvador



Rio de Janeiro



Manaus



Porto Alegre

TERMO DE COMPROMISSO ASSEGURA DIREITOS DOS TRABALHADORES

As cerimônias de abertura são marcadas por assinatura do Termo de Compromisso firmado entre governos e outras instâncias do poder público, organizações de empregadores e trabalhadores, além de empresas e entidades da sociedade civil. Neste documento, todos se comprometem a construir uma agenda de ações concretas de caráter preventivo e propositivo para evitar os riscos e potencializar as oportunidades positivas de promoção do Trabalho Decente na Copa. Estes pactos têm como base as articulações locais – já existentes ou em processo de desenvolvimento – em torno da elaboração e implementação de Agendas Estaduais ou Municipais de Trabalho Decente.

São diretrizes do Termo de Compromisso: contratação e recrutamento de mão-de-obra; a formação e qualificação profissional; diálogo social; desenvolvimento local sustentável, tendo como base conceitos da Economia Solidária; melhores condições de trabalho. Temas como combate ao trabalho infantil; a exploração sexual de crianças e adolescentes; combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas e inclusão de jovens, mulheres, negros/as e de pessoas com deficiência também estão na pauta do documento.

Marcas positivas – Para o secretário de Relações do Trabalho do MTE, Manoel Messias Melo, a assinatura do Termo de Compromisso garante que a Copa favoreça a sociedade, deixando marcas positivas: “A assinatura é, acima de tudo, um compromisso político de todos pelo Trabalho Decente. É garantir que o legado da Copa seja positivo para toda a sociedade, e que todos sejam beneficiados. É garantir o desenvolvimento das potencialidades locais e a solução, de forma articulada, dos problemas que por ventura venham a ocorrer”, afirma o secretário.

As oficinas foram idealizadas no âmbito do Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente em Grandes Eventos que é parte do Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD). O Subcomitê é coordenado pelo MTE e Ministério dos Esportes, tendo como integrantes: Fonset, Ministérios do Turismo, Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Cidades, Saúde, bem como as Secretarias Nacionais de Direitos Humanos, Juventude, Políticas para as Mulheres e Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

ENCONTRO NACIONAL, REALIZADO EM NOVEMBRO/2013, EM SALVADOR, DEU INÍCIO À CRIAÇÃO DESTA REDE QUE VISA FORTALECER E AMPLIAR POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO PAÍS

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deflagrou, em novembro do ano passado, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e do Observatório do Mercado de Trabalho Nacional, as discussões para construção da Rede Nacional de Observatórios do Trabalho. O pontapé inicial foi dado em Salvador, em um encontro realizado em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (Setre) e a Superintendência Regional do Trabalho – Bahia (SRTE/BA), reunindo gestores e estudiosos do IBGE, IPEA e DIEESE, principais órgãos de pesquisa e estudos socioeconômicos do país.

Estiveram presentes ao debate representantes de 12 estados – Bahia, Ceará, Piauí, Amazonas, Cuiabá, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Minas Gerais – e mais o Distrito Federal, que compartilharam experiências adquiridas nas suas regiões, contribuindo para a construção desta iniciativa. De acordo com o secretário nacional de Políticas Públicas de Emprego, Silvani Alves Pereira, que esteve presente no encontro, as secretarias estaduais de Trabalho são eixos fundamentais desta agenda de desenvolvimento: “As secretarias terão um papel importante por constituírem a instância legítima de coordenação intergovernamental nas escalas de meso e microrregião, que são escalas geográficas que têm, hoje, pouco debate no dimensionamento de políticas públicas”, afirma.

Integração – Ao ser criada, a Rede Nacional de Observatórios do Trabalho servirá de subsídio para implementação de novas políticas públicas. A ideia, segundo o coordenador do Observatório do Trabalho da Bahia, Frederico Fernandes, é produzir e trocar informações sobre as questões do trabalho, de forma integrada nacionalmente e continuamente atualizada. “A criação de uma Rede Nacional de Observatórios representa um passo essencial para uma melhor estruturação e consolidação de um sistema nacional de trabalho, emprego e renda, e possibilita que as especificidades e diversidades regionais sejam devidamente consideradas e conhecidas”, explica Fernandes.

As experiências adquiridas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – ao organizar



os Observatórios do Trabalho, produzindo informações e análises que vem subsidiando as ações dos gestores, serão utilizadas na implementação da Rede. O diretor nacional do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, explica que a iniciativa não será uma produção acadêmica, ao contrário, dará respostas concretas para o gestor público. Para tanto, explica o diretor, o Dieese indicará uma forma adequada, procurando estabelecer a cooperação entre os observatórios, via internet: “Podem-se criar instrumentos comuns, comparar resultados entre os estados e repassar para os gestores”, explica.

Para o secretário do Trabalho do Paraná e presidente do Fonset, Luiz Claudio Romanelli, a criação da Rede é uma iniciativa importante, já que uma das ações que compõem o Sistema Público de Emprego é a análise de mercado de trabalho. “As ações das políticas públicas de trabalho, emprego e renda desenvolvidas pela Rede SINE requerem estudos para clarear o ambiente econômico, social e político em que atuam os trabalhadores e os empregadores no processo de produção da riqueza social. Desta forma, os estudos devem descrever da forma mais fiel possível o mundo do trabalho



Secretária do Mato Grosso do Sul, Tânia Garib, representa o Fonset na reunião, em Salvador. Na sua saudação, destacou papel da Rede para melhor direcionamento das políticas públicas de emprego

não somente nacional, mas também o regional e local", explica.

De acordo com Romanelli, os estudos podem indicar, por exemplo, para onde as ações de qualificação profissional e de crédito devem ser direcionadas. "Essas medidas serão importantes para que esses trabalhadores formalizem a prestação de serviços e produção de bens de forma a atender os requisitos tributários nas três esferas do Estado, bem como a contribuição para a Previdência Social".

Regionalização – Segundo o secretário Silvani Pereira, o MTE planeja fazer, durante o ano de 2014, uma rodada regional de debates focados na discussão dos instrumentos de apoio à gestão, já combinados com a discussão de um plano de trabalho para a qualificação e treinamento técnico das administrações locais.

Os próximos passos, segundo o secretário, são desenvolver as ferramentas necessárias para por em prática o projeto. "Neste momento, estamos trabalhando na viabilização das ferramentas de gestão da informação para políticas públicas. A proposta é levar um pré-projeto das ferramentas para este ciclo de encontros regionais e avançar a partir deste instrumental", afirmou Pereira.

OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO

A partir de demandas recebidas do poder público e de outros atores sociais, o Dieese organizou um serviço para buscar e produzir informações e análises que subsidiem a ação de todos aqueles que participam da gestão das políticas públicas. São os Observatórios do Trabalho que pesquisam e analisam a atividade econômica, as ocupações, o perfil do trabalhador, o rendimento e as condições de trabalho em um setor, em uma região, numa cadeia produtiva. A metodologia de observação fundamenta-se no diálogo social e na possibilidade de intervenção conjunta dos segmentos que atuam no mundo do trabalho. Este trabalho já é realidade nos estados da Bahia e Paraná e nos municípios de Osasco e Porto Alegre.

A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REDE SINE É O COMEÇO DE UM GRANDE MOVIMENTO



Fátima Pelaes, deputada federal pelo PMDB do Amapá, cumpre seu quinto mandato. É presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Rede Sine.

O lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Rede SINE teve como marco inicial o Requerimento nº 270, de 2013, do dia 28 de outubro, que deu origem à audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e discutiu a importância do Sistema Público de Emprego.

Trata-se de importante iniciativa do Congresso Nacional que, como caixa de ressonância da sociedade, mobilizará os Poderes e sociedade para a reestruturação da Rede SINE em todo o país. É de conhecimento que hoje o Sistema está sucateado e com suas ações descontínuas em função do modelo de financiamento e repasse dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A rede atual não mais atende satisfatoriamente aos trabalhadores cadastrados e aos empregadores, no que diz respeito à intermediação de mão de obra e atendimento ao seguro-desemprego.

A Frente Parlamentar surgiu de uma luta incansável do Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho (Fonset). Encontrar estratégias e alternativas para fortalecer as políticas públicas de trabalho, emprego e renda junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da integração dos 27 Estados da Federação, é o desafio permanente deste ativo colegiado.

O foco principal é a criação do Sistema Único de Emprego e Trabalho Decente, a exemplo da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), que garantiu a criação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social). Como relatora da LOAS, posso garantir que a luta não será fácil, mas o desafio será vencido com o empenho e dedicação de todos.

O apoio buscado pelo Fórum é de grande importância para a articulação de uma ação política para a causa. Tenho a honra de presidir a Frente Parlamentar e de estar nessa luta, reconhecendo a necessidade de se garantir melhor qualificação profissional para o cidadão desempregado e inseri-lo no mercado de trabalho. Promover a cidadania e transformar a vida dos brasileiros é o nosso desafio permanente. É preciso resgatar a importância social que o Sistema Nacional de Emprego tem no Brasil tanto para trabalhadores como para empregadores no atendimento das pessoas mais vulneráveis.

No período de 1993 a 2003, o critério de transferência de recursos para os Estados tinha como referência a produção com valores pré-estabelecidos. Para tanto, os recursos do FAT foram inseridos como receitas da União, que pactua com os estados por meio de convênios. Aos poucos, o volume de recursos para o custeio da rede de unidades do SINE foi sendo reduzido e, atualmente, apenas 0,32% dos recursos do FAT são destinados à Rede SINE, inviabilizando a execução com qualidade das políticas de amparo ao trabalhador.

A Frente Parlamentar em Defesa da Rede Sine é o começo de um grande movimento. Em parceria com o Fonset, iremos fortalecer o sistema público de emprego e as unidades do SINE, pois elas constituem-se como principal porta de entrada dos cidadãos ao mercado de trabalho, seja na capacitação e qualificação profissional, assim como na conquista de um emprego.

Junto com o Fonset, a Frente Parlamentar irá dar uma nova característica para o SINE, que será mais forte, justo, focado no trabalhador. É um novo começo. Estamos escrevendo um promissor capítulo da política pública voltada para o mundo do trabalho.



www.fonset.org.br

*Visite nosso site e conheça a atuação do
Forum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho*



ANUNCIE NA REVISTA FONSET

A Revista Fonset já está em sua oitava edição. Além de divulgar as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Trabalho dos Estados, promove o debate sobre as políticas do Sistema Público de Emprego. Com distribuição nacional, a Revista Fonset atinge um público formador de opinião com grande capacidade de análise crítica. Uma excelente oportunidade para anunciar seus produtos ou serviços.



Ligue (41) 3883-2692 ou mande um e-mail para forum.fonset@gmail.com e informe-se como anunciar numa revista de alto nível.